

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Sem mudanças no pré-sal, Libra pode parar	2
Título: Que tal no par ou ímpar?	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Novos contratos de energia livre perdem força no começo de 2017	4
Título: Notas	5
Título: Petrobras corta 20% do pessoal em três anos.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Petrobrás espera repasse da União por cessão onerosa.....	6
Título: Dada a largada	8
Título: Notas	8
Título: Ex-executivos da Eletronuclear são denunciados.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Governo diz que corte de R\$ 58 bi é inviável e tributo pode subir	10
Título: Números são 'realistas', mas adiamento de anúncio é 'frustrante'	11
Título: TCU declara inidôneas quatro construtoras da usina Angra 3	12
Título: Cemig sofre derrota em disputa com União.....	13
Título: Brasil eleva contribuição de oferta global de petróleo.....	15
Título: Petrobras prevê concluir renegociação da cessão onerosa este ano.....	16
Título: Sócios em Libra pressionam por flexibilidade do conteúdo local.....	17
Título: Minério de ferro retrocede e fica abaixo dos US\$ 85	19
Título: Em SP, distribuidoras ampliam as margens nas vendas de etanol	19
Título: Usiminas deverá enfrentar nova disputa judicial	21
Título: Destaques	22
Título: Petrobras afasta autuação de R\$ 5,1 bi no Carf	23

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Sem mudanças no pré-sal, Libra pode parar**

Consórcio diz que investimento de US\$ 5,5 bilhões só é viável com revisão do índice de conteúdo local

O consórcio que opera a área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, defendeu ontem que o projeto — que tem previsão de investimento de US\$ 5,5 bilhões nos próximos cinco anos — só é viável caso sejam revistas as regras de conteúdo local. O argumento é que a instalação da primeira plataforma de produção corre o risco de se tornar inviável caso a Agência Nacional do Petróleo (ANP) rejeite o pedido para não cumprir o índice de conteúdo local previsto em contrato (waiver). Libra tem reservas estimadas de até 12 bilhões de barris e é considerada a maior área do pré-sal. O consórcio é liderado pela Petrobras, que tem como sócias Shell, Total, CNOOC e CNPC.

— Sem a flexibilização, torna-se muito complexo e nós não vamos seguir em frente neste momento sem ter essa segurança de como essa regra (de conteúdo local) vai funcionar. Precisamos entender bem. Não vamos pagar 40% mais caro por esse projeto. Isso torna o projeto extremamente oneroso. Não correremos esse risco, não seguiremos em frente — afirmou André Araújo, presidente da Shell, em evento realizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) para discutir a política de conteúdo local. Na média, o contrato, assinado em 2013, prevê conteúdo local de 55%. No pedido enviado à ANP, o consórcio argumenta que, na primeira licitação, os preços apresentados eram 40% maiores do que os do mercado internacional.

Antes de anunciar qualquer decisão, a ANP fará uma audiência pública no próximo mês sobre o assunto. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, defendeu a flexibilização dos índices de conteúdo local para Libra e argumentou que, à época da assinatura do contrato, a economia brasileira estava em expansão e havia expectativa de que a indústria nacional de fornecedores se desenvolvesse, de modo a atingir o patamar projetado para a área do pré-sal:

— Não aconteceu. Os prazos de entrega e os preços foram excessivos. O resultado do primeiro processo licitatório com conteúdo local no contrato de partilha resultou numa proposta com preço excessivo de aproximadamente 40%. Entendemos que o consórcio não pode ser punido por isso.

SEGURANÇA DE REGRAS

Desde meados do ano passado, governo, indústria e petroleiras discutem mudanças nas regras de conteúdo local. No mês passado, foi anunciado um corte em 50% das exigências que passaria a ser aplicado nos leilões previstos para este ano. A avaliação do governo é que é melhor trabalhar com um índice que pode ser atingido pelas empresas. Um dos objetivos é reduzir as disputas judiciais em torno do tema e o grande número de pedidos de waiver motivados pelo descumprimento do índice. No caso de Libra, porém, somente a autorização da ANP pode viabilizar a mudança no índice previsto. Parente ressaltou que o início da produção de Libra garantirá o pagamento de royalties e participações governamentais. Apesar do pedido de revisão do índice, o executivo afirma que a Petrobras tem o maior número possível de encomendas. O presidente da estatal afirmou que muitas empresas têm manifestado interesse em investir no país na área de petróleo e gás, mas que somente um marco regulatório adequado viabilizará os investimentos:

— Se não houver atratividade no ambiente de negócios, a riqueza fica como riqueza potencial, deitada em berço esplêndido. Aquela que poderia ser e jamais foi porque não se conseguiu estabelecer as regras adequadas para transformação do ativo em valor verdadeiro para a sociedade. O gerente de Projetos de Libra da Petrobras, Fernando Borges, destacou que a ideia é adquirir no mercado interno o mesmo nível de equipamentos comprados em sete plataformas já contratadas anteriormente. Segundo Borges, como essa plataforma terá capacidade para produzir 180 mil barris por dia, dos 16 a 19 módulos que terá, entre sete a oito, poderão ser fabricados no país. Ele ressaltou que a punição no caso de descumprimento de conteúdo local em Libra chegaria a US\$ 500 milhões.

TOTAL PEDE MAIS PREVISIBILIDADE

O diretor-geral da Total E&P Brasil, Maxime Rabilloud, disse ontem que a falta de previsibilidade no Brasil pode dificultar a participação da companhia nos leilões que serão realizados este ano no país. O executivo se referia ao fato de que, até o momento, a empresa não recebeu a licença ambiental do Ibama para iniciar as perfurações num dos blocos na Foz do Amazonas, arrematado pela Total em leilão de 2013. — Uma dessas dificuldades é a falta de previsibilidade na obtenção de licenças ambientais no Brasil. Concordamos com a importância de uma avaliação ambiental de qualidade.

Porém, além do longo prazo para obtenção de respostas, que acaba gerando insegurança para as empresas que atuam no setor, é preciso haver previsibilidade para que possamos trabalhar e gerir investimentos — destacou. Rabilloud disse que a empresa já gastou US\$ 60 milhões no projeto, prevendo a emissão das licenças. O custo mensal é da ordem de US\$ 2 milhões. O executivo elogiou as

mudanças de regras de conteúdo local e reforçou que a empresa quer investir no país. O Ibama disse que o licenciamento para exploração de blocos na Foz do Amazonas está em análise na Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Que tal no par ou ímpar?

O PBB (Partido do Banco do Brasil) tem dois candidatos à presidência da Vale: o presidente Paulo Caffarelli e Eduardo Guardia, presidente do conselho de administração do banco.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Novos contratos de energia livre perdem força no começo de 2017

Desaceleraram as negociações de compra de energia no mercado livre, em que grandes consumidores escolhem de quem comprar e fixa-se um preço do fornecimento por anos.

Durante o ano passado, houve recordes na variação de um mês para o outro.

Em dezembro de 2016 e janeiro deste ano, os últimos com dados consolidados, a alta foi de 1,6% —contra uma média de 7,8% nos seis meses anteriores, segundo a CCEE.

A quantidade de negócios fechados cresce a uma velocidade menor porque a migração do mercado tarifado diminuiu, afirma Cristopher Vlavianos, presidente da Comerc, uma comercializadora de energia desse segmento.

"Durante 2016, houve um acréscimo grande de novos clientes, mas isso caiu. Com menos entrantes, há menos negócios feitos, porque os contratos têm prazos que variam de 3 e 5 anos."

O preço de liquidação de diferenças, que serve como parâmetro para o mercado de energia livre, subiu no ano passado —no Sudeste, ele era R\$ 52 na primeira semana de 2016 e R\$ 114 na última.

Essa alta desestimula a migração, segundo Vlavianos.

As empresas que entraram no sistema nos últimos meses são, na sua maioria, clientes especiais, que não têm consumo tão elevado como as fábricas, diz Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel (associação do segmento).

Em volume de energia, nota-se desaceleração causada pelo freio na indústria. "Esse consumidor caiu barbaramente. Se eles se recuperarem, as vendas aumentarão."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Notas

As águas... Furnas pagou R\$ 17,9 milhões em royalties da água para São Paulo no ano passdo. O valor foi repassado pela Aneel ao Estado e a 27 municípios localizados na área de influência dos reservatórios das hidrelétricas.

...vão rolar. Guaraci teve a maior arrecadação, com R\$ 2,8 milhões, seguido de Colômbia (R\$ 1,7 milhão), e Guaíra (R\$ 1,4 milhão). Na última década, a compensação pelo uso de recursos hídricos chega a R\$ 1,6 bilhão no país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras corta 20% do pessoal em três anos

A Petrobras cortou 20% do seu pessoal desde 2013, um ano antes do início da Operação Lava Jato e da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A redução do quadro de pessoal é parte de uma estratégia de enxugamento para economizar dinheiro e adaptar a força de trabalho aos cortes de investimentos realizados após a Lava Jato e à cotação menor do petróleo.

Em 2016, a estatal fechou o ano com 68,8 mil empregados, o menor número desde 2007, ano da descoberta do pré-sal, e uma redução de 17,8 mil em relação a 2013, quando o quadro atingiu seu auge.

As demissões têm se concentrado na holding –até agora, o emprego em subsidiárias e controladas tem sido mais preservado, com queda de 8,8% no período.

Os dados constam do relatório anual da companhia com os resultados de 2016, no qual a Petrobras registra prejuízo de R\$ 14,8 bilhões.

Apenas em 2016, o quadro de empregados foi reduzido em 5.619 pessoas, a maior parte na região Sudeste, onde estão concentradas as atividades administrativas.

Em 2013, a empresa ainda estava em processo de expansão, com investimentos crescentes e planos para construir as refinarias que foram suspensas após a descoberta do esquema de corrupção.

De lá para cá, a Petrobras promoveu dois planos de demissão voluntária (PDVs), com os quais já desligou 12.190 pessoas. A expectativa é que outros 6.502 ainda sejam desligados.

Segundo a estatal, foram pagos R\$ 3,7 bilhões em benefícios aos que optaram por deixar a companhia. A economia de custos com os programas é estimada em R\$ 18,9 bilhões até 2021, considerando uma taxa de desistência de 20% dos inscritos.

Sua maior subsidiária, a BR Distribuidora, também abriu seu próprio plano de demissão voluntária, com adesão de 1.105 empregados.

Em entrevista para detalhar o balanço, o diretor de assuntos corporativos da companhia, Hugo Repsold, disse que não há planos de novos PDVs e que espera que o efetivo da holding se equilibre em torno dos 50 mil trabalhadores (eram 51,3 mil no fim do ano passado).

O quadro relativo às subsidiárias pode sofrer ainda novos cortes, principalmente relacionados ao processo de venda de ativos, que prevê a transferência de operações para outras empresas, com o objetivo de arrecadar US\$ 34,6 bilhões até o fim de 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes e Mariana Durão

Título: Petrobrás espera repasse da União por cessão onerosa

A Petrobrás dá como certo que o governo vai devolver parte dos R\$ 74,8 bilhões pagos por ela em 2010 por reservas de pré-sal da União, repassadas em regime de cessão onerosa. O pagamento, no entanto, pode vir em forma de mais reservas de petróleo e gás, e não em dinheiro. Na prática, significa que a tão

esperada negociação da cessão onerosa pouco deve ajudar a estatal, no curto prazo, a abandonar o posto de petroleira mais endividada do mundo.

O acerto de contas entre a Petrobrás e a União em torno dos 5 bilhões de barris de óleo equivalentes de pré-sal cedidos à estatal se arrasta desde 2014, quando a empresa declarou que a área é comercial e que valeria à pena começar a produzir nela. Desde então, os dois lados deveriam chegar a um acordo sobre o real valor do reservatório, se mais ou menos do que os R\$ 74,8 bilhões pagos pela companhia, e a diferença deveria ser devolvida a uma das partes, o que não aconteceu até hoje. Petrobrás e governo se agarram a detalhes do contrato para reivindicar o crédito.

O juiz desse embate é a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que, a partir da análise de certificadoras independentes, vai definir a quem cabe o ressarcimento bilionário. “O que temos de informação é que o relatório da ANP pode ser disponibilizado no fim de março ou início de abril. Imediatamente, sentaremos à mesa para discutir a repactuação dos valores”, afirmou a diretora de Exploração e Produção da Petrobrás, Solange Guedes, em teleconferência com analistas de mercado para detalhar o resultado financeiro de 2016.

“Acreditamos fortemente que temos um crédito nessa renegociação, como podemos explorar uma oportunidade que ainda dependeria de ajustes legais se, eventualmente, esse meio acordado puder ser volumes adicionais aos contratados.” Os volumes adicionais seriam os excedentes da cessão onerosa, quatro descobertas feitas no mesmo reservatório contratado em 2010, mas que não fazem parte do acordo inicial – as áreas de Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi.

Há três anos, o governo chegou a entregar essas áreas para a Petrobrás e cobrou por elas R\$ 13 bilhões, que deveriam ser pagos em quatro parcelas anuais, de 2015 a 2018. Como nada foi desembolsado, União e Petrobrás avaliam fechar as duas contas – da cessão onerosa e do seu excedente – de uma única vez. “É possível fechar essa discussão ainda em 2017”, segundo Solange.

Enquanto isso, a Petrobrás acha melhor não contabilizar o crédito como patrimônio, possivelmente, as quatro áreas excedentes à cessão onerosa. “Nada é considerado, porque não possuímos ainda esse resultado. Não poderíamos colocar no indicador qualquer contribuição vinda dessa renegociação”, afirmou o diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro, durante a teleconferência.

Conteúdo local.

Os presidentes da Petrobrás, Pedro Parente, e da Shell, André Araújo, se reuniram ontem em evento no Rio para fazer duras críticas à política de conteúdo local, que prevê a compra de volumes mínimos na indústria brasileira. Em aparição relâmpago, Parente discursou exclusivamente sobre o tema, sem comentar o prejuízo de R\$ 14,8 bilhões de 2016, divulgado na noite do dia anterior. Ele chegou a classificar como “fábrica de multas” a política de conteúdo local.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Andreza Matais e Marcelo de Moraes

Título: Dada a largada

». Depois da Petrobrás, agora é a vez de a BR Distribuidora contratar duas agências de comunicação por R\$ 485 milhões. As propostas serão recebidas até 18 de abril. A Propeg e a DPZ venceram a licitação na Petrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Imbróglio

Os controladores da Usiminas, Ternium e Nippon Steel, estão cada dia mais longe de um acordo. Depois de patinarem em uma tentativa de consenso, em fevereiro, as negociações pararam, devido ao fato de a companhia japonesa não ter aceitado a inclusão de uma cláusula no acordo de acionistas para resolução de conflitos, algo proposto pela Ternium.

Mais diferenças

Hoje, o abismo poderá crescer, após reunião do Conselho de Administração que deverá votar pelo afastamento do presidente da siderúrgica mineira, Rômelo de Sousa, nome ligado à Nippon. A justificativa é de que o executivo praticou conduta ilegal por ter assinado sozinho um documento estratégico, contrariando as regras de compliance da Usiminas.

Azedar

Uma das visões é a de que a justificativa para a destituição de Rômelo possui fraca base legal, mas teria força para colocar uma pá de cal na já difícil relação entre os controladores da Usiminas, há dois anos em pé de guerra. Procurada, a Usiminas

disse que “não comenta assuntos do âmbito de seus acionistas”. Ternium e Nippon também não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Mariana Sallowicz

Título: Ex-executivos da Eletronuclear são denunciados

A força-tarefa da Lava Jato no Rio denunciou ontem cinco ex-executivos da Eletronuclear, já presos preventivamente, e dois sócios da VW Refrigeração pela suposta lavagem de R\$ 2,38 milhões. O caso é um desdobramento da Operação Pripyat, deflagrada no ano passado, para aprofundar as investigações de corrupção e lavagem de dinheiro na construção usina de Angra 3. Os sete denunciados são acusados de movimentar e dissimular a origem de recursos destinados às obras da usina. O MPF diz que foram feitos pelo menos 27 saques não identificados e depósitos entre 2010 e 2016 na conta dos executivos. Ele já tinham sido denunciados anteriormente por corrupção e lavagem de dinheiro. A nova denúncia ocorre com os desdobramentos das investigações. Inicialmente, o MPF acreditava que o esquema de lavagem de dinheiro entre a construtora Andrade Gutierrez e a VW atendia apenas ao ex-superintendente de construção da Eletronuclear José Eduardo Costa Mattos. Mas agora os procuradores dizem que a ação ilegal também beneficiava os ex-dirigentes Edmo Negrini (Administração e Finanças), Luiz Soares (diretor técnico), Luiz Messias (Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos) e Pérsio José Gomes Jordani (Planejamento, Gestão e Meio Ambiente).

Além deles, foram acusados os empresários Marco Aurélio Barreto e Marco Aurélio Vianna, sócios da VW Refrigeração. A empresa que teria ainda como “sócio oculto” Costa Mattos, diz o MPF. Os sete já tinham sido denunciados na primeira fase da Pripyat acusados de receberem propina da Andrade Gutierrez. Defesas. O advogado de Messias, Paulo Freitas Ribeiro, afirmou que ainda não teve acesso à denúncia. Ressaltou que seu cliente sempre negou qualquer irregularidade. O advogado de Pérsio Jordani, Andre Perecmanis, informou que seu cliente nunca teve nenhuma relação com a VW. Disse que apresentará nos próximos dias um laudo que aponta a regularidade nas movimentações financeiras dele. A defesa de Amorim Soares e Costa Mattos não retornou as ligações do Estado. A reportagem não localizou os advogados de Edmo Negrini, Marco Aurélio Barreto e Marco Aurélio Vianna.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner, Edna Simão e Cristiane Bonfanti****Título: Governo diz que corte de R\$ 58 bi é inviável e tributo pode subir**

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles: "Não haverá contingenciamento de R\$ 58,2 bilhões. Será menor". O governo anunciou ontem que tem um rombo de R\$ 58,2 bilhões para cumprir a meta fiscal, mas, diferentemente do padrão histórico, disse que não fará o contingenciamento na mesma magnitude. Os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo de Oliveira, afirmaram que só na terça-feira da semana que vem será anunciado o corte de gastos. Eles já adiantaram que o número será menor e que ainda poderá ser anunciado um aumento de tributos para diminuir ainda mais o bloqueio de despesas. "Não haverá contingenciamento de R\$ 58,2 bilhões. Será menor", disse Meirelles. "Esse é um valor expressivo para se contingenciar num orçamento atual que já tem um patamar de despesas bastante comprimido", explicou o ministro, observando que decisões judiciais gerarão uma receita adicional ao Tesouro ao longo de 2017.

Os ministros deixaram claro que é inviável um bloqueio dessa magnitude. Dyogo explicou que as despesas que são possíveis de serem cortadas são da ordem de R\$ 120 bilhões, sendo que os investimentos representam R\$ 37 bilhões. O maior temor do governo é que um corte muito grande gere uma paralisação da máquina, em especial dos investimentos, abortando a retomada em curso da atividade produtiva. Por outro lado, a equipe econômica recusa a alternativa de mudar a meta fiscal deste ano, de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central. Para reduzir o corte, o governo espera poder contar com decisões judiciais envolvendo três usinas hidrelétricas a serem devolvidas pela Cemig à União porque a concessão venceu. Há também uma disputa judicial envolvendo precatórios. Segundo Meirelles, todas essas decisões podem gerar uma receita extraordinária que ainda será estimada, mas que pode ser de ao menos R\$ 14 bilhões. Assim, explicou, essas decisões sozinhas podem levar o contingenciamento para algo entre R\$ 42 bilhões e R\$ 44 bilhões, sem considerar elevações de impostos. Meirelles destacou que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli decidiu ontem em favor da União no caso de uma usina que, sozinha, pode render algo em torno de R\$ 3,5 bilhões em receitas. O STF revogou a liminar que mantinha a titularidade da concessão de Jaguará com a Cemig. Além dessa, há outras duas usinas em discussão no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Meirelles esclareceu, entretanto, que as áreas jurídicas do governo ainda avaliam se o governo poderá de fato incluir essas receitas em suas contas. Se não puder considerar, mesmo assim o corte será menor, enfatizou o ministro, deixando claro que a opção de elevação de tributos se tornaria inescapável. "Se não puder incluir receitas de usinas, teremos que fazer combinação entre corte e

aumento de tributo", disse. Dyogo defendeu o movimento inusitado do governo de deixar o corte para frente e correr para arrumar receitas. "O que há de especial neste momento é que há uma série de receitas que dependem de decisões judiciais e há possibilidade de adoção também de outras medidas. O que a legislação diz é que temos até o dia 30 subsequente ao encerramento do bimestre para detalhar essas medidas e implementar o contingenciamento equivalente. Estamos seguindo o ritual previsto na legislação", disse o ministro do Planejamento, defendendo a legalidade do formato. Dyogo observou que a ideia de não deixar para incorporar essas receitas no segundo relatório bimestral, previsto para maio, busca evitar um corte que sacrifique demais o Orçamento já apertado. Ele rebateu a pergunta de uma jornalista que apontou o uso de uma "contabilidade frágil" no anúncio do governo. "É o contrário de contabilidade frágil. Seria frágil se contabilizasse receita de venda de hidrelétricas que dependem de decisão [judicial]. Só vamos colocar nas receitas quando tiver total segurança", disse. O rombo de R\$ 58,2 bilhões foi calculado com base em uma redução da estimativa de receitas de R\$ 55,3 bilhões. A menor expectativa de crescimento econômico gerou perda de arrecadação, contribuindo para diminuir a receita administrada em R\$ 34 bilhões. Além disso, o governo espera ter R\$ 13,2 bilhões a menos de recursos decorrentes de concessões e permissões. Também houve queda de R\$ 2,9 bilhões na expectativa com venda de ativos, como imóveis da União. Houve também uma baixa de R\$ 9,4 bilhões na estimativa para a receita previdenciária, que também é reflexo da atividade econômica e do nível de emprego. Assim, mesmo com uma redução de R\$ 1,8 bilhão na estimativa de despesa da Previdência, o déficit projetado para o ano subiu para R\$ 188,8 bilhões. O governo ainda elevou em R\$ 3,4 bilhões a estimativa de despesas primárias. Entre os gastos cuja previsão aumentou estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e créditos extraordinários para ações na área de defesa civil e também em subsídios e subvenções, puxado pela maior demanda do setor do agronegócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Tainara Machado

Título: Números são 'realistas', mas adiamento de anúncio é 'frustrante'

Ainda que as estimativas para a receita apresentadas ontem pelo governo no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre tenham sido consideradas "realistas", causou ruído a decisão do governo de postergar o contingenciamento do Orçamento para a próxima semana, quando pode ser anunciado também alguma alta de impostos. "É um pouco frustrante não terem apresentado já o corte no Orçamento", afirmou Juan Jensen, economista-chefe da 4E Consultoria. De acordo com os cálculos apresentados pelo ministro da

Fazenda, Henrique Meirelles, o governo tem uma "deficiência" de recursos de R\$ 58,2 bilhões para cumprir a meta de déficit primário deste ano, de R\$ 139 bilhões.

O ministro afirmou, porém, que esse não é o valor do contingenciamento, que depende de decisões judiciais pendentes e de elevação de tributos, anúncio previsto para semana que vem. Caso não haja alta de impostos, disse Meirelles, a necessidade de contingenciamento seria de até R\$ 44 bilhões. Para Jensen, essas contas estão em linha com o que era esperado pelo mercado. "Não é trivial cumprir a meta deste ano, mas, se tiver um pouco de aumento de impostos, poderia contingenciar menos". Para Jensen, alguns tributos, especialmente a Cide sobre combustíveis, já deveriam ter subido. A estimativa de receita líquida apresentada por Meirelles, de R\$ 1,132 trilhão, é R\$ 25 bilhões inferior à estimativa do Banco Safra, afirma o economista-chefe da instituição, Carlos Kawall. Por isso, ele considerou os parâmetros econômicos e as estimativas de receita apresentadas pelo governo bastante "realistas e conservadores". "Os números fizeram sentido, o que é bastante importante." Para Kawall, a maneira como a comunicação desses números foi feita causou algum ruído, mas por questões legais o governo precisava apresentar o Relatório de Avaliação ontem. "Talvez a comunicação pudesse ter sido mais clara, mas por outro lado nos acostumamos a ter anúncios de contingenciamento que eram irrealistas, que se baseavam em estimativas de receita que não se confirmavam", diz. Para Kawall, a deficiência de recursos identificada pode ser reduzida, caso o governo tenha mais clareza em relação ao desfecho de decisões judiciais, como sobre a venda de usinas hidrelétricas, ou caso haja decisão por elevação de tributos, especialmente aqueles que não precisam de autorização do Congresso, como Cide e IOF. Essa última alternativa, diz ele, é uma possibilidade, mas talvez não seja a estratégia mais indicada. "Elevar impostos não é o mais desejável em momento de recessão, mas temos meta a cumprir, o que é importante do ponto de vista da lógica do ajuste."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt

Título: TCU declara inidôneas quatro construtoras da usina Angra 3

O Tribunal de Contas da União (TCU) declarou ontem a inidoneidade de quatro das sete construtoras responsáveis pela montagem eletromecânica da usina nuclear de Angra 3. Acusadas de fraude na licitação do projeto, UTC, Queiroz Galvão, Techint e Empresa Brasileira de Engenharia ficam impedidas de obter contratos de obras públicas por um período de cinco anos. Atendendo a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), o TCU suspendeu o julgamento das outras três empreiteiras que participaram da fraude: Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Isso só foi possível porque elas já assinaram acordo de

leniência com o MPF e o órgão interveio em favor das empresas para impedir que elas ficassem inidôneas.

Para se livrar definitivamente da punição do TCU, no entanto, as três gigantes terão que colaborar com as investigações sobre a fraude na licitação da montagem de Angra 3, um contrato de R\$ 2,9 bilhões. Além disso, deverão reembolsar os cofres públicos e se comprometerem a não recorrer. Já as quatro empresas declaradas inidôneas ainda podem recorrer da decisão. Um ministro do TCU será sorteado para relatar o recurso e poderá conceder ou não efeito suspensivo para a decisão proferida ontem pelo plenário. Antes da decisão, representantes das empreiteiras discursaram no plenário do TCU contra a declaração de inidoneidade, chamada por alguns de "pena de morte" para as empresas. Floriano Azevedo Neto, representante da Queiroz Galvão, disse que a punição não se baseava em "provas condizentes". Representando a UTC, Leonardo Bissoli alertou os ministros para o risco de uma decisão "completamente açodada", sem a possibilidade de que as empresas pudessem se defender adequadamente. Ele também apontou risco de a inidoneidade prejudicar a eficácia dos acordos de delação premiada feitos pelos executivos da UTC. A possibilidade de o consórcio ser declarado inidôneo foi revelada pelo Valor em abril do ano passado. As empresas foram acusadas de montar um cartel para ficar com os contratos. O edital foi dividido em dois pacotes e remetido a 54 empresas. Dessas, apenas 12, agrupadas em 4 consórcios, participaram da concorrência. Ao final, somente dois consórcios foram habilitados a disputar os dois pacotes de obras, ou seja, ambos seriam, inevitavelmente, contemplados com algum contrato. Depois que foram declaradas vencedoras, as empreiteiras que integravam os dois consórcios se uniram criando um só, o Angramon. O potencial de sinergias dessa fusão foi calculado pelo TCU em pelo menos 17%, mas as empresas só reduziram seus preços em 6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Marcos de Moura e Souza

Título: Cemig sofre derrota em disputa com União

A Cemig sofreu uma derrota significativa na briga pela concessão de hidrelétrica de Jaguará, que já dura mais de quatro anos. O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a liminar que havia concedido à companhia em 2015, e que garantia que a estatal mineira operasse a concessão nas bases originais do contrato. A estatal deve entrar com recurso questionando a decisão do ministro Dias Toffoli, relator do processo no STF. "A tendência é que haja um recurso", disse o advogado Márcio Vieira Souto, que atua na defesa da Cemig.

Sem a liminar, a Cemig continua operando a hidrelétrica, mas sob o regime de cotas de garantia física, com uma receita consideravelmente mais baixa pela energia gerada. Isso deve acontecer até que ocorra um julgamento do mérito da ação, ou até que a usina seja relicitada pela União. A notícia foi mal recebida pelo mercado, diante da expectativa de que a estatal mineira perca também as liminares que garantem a operação das hidrelétricas São Simão e Miranda. Os processos desses casos correm ainda no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão de Toffoli pode abrir caminho para que o governo leve adiante seu plano de relitar ainda em 2017 essas hidrelétricas, que somam 2,5 gigawatts (GW) de potência instalada. A empresa argumenta ter direito à renovação dessas concessões, mas Brasília insiste que a decisão de relitá-las está tomada. Na semana passada, uma comitiva do governo federal liderada pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, se reuniu com Toffoli no STF para convencer o ministro a derrubar a liminar - que foi concedida por ele mesmo há dois anos. No documento da revogação da liminar, o ministro explica que tomou a decisão depois de ter sido comunicado pela União sobre a "inviabilidade" de um acordo entre as partes. Toffoli havia concedido a liminar mantendo a Cemig como titular da hidrelétrica depois que a estatal entrou com o recurso do Supremo, ao perder a disputa no STJ. Ao tribunal, a União comunicou que as tratativas feitas com a Cemig foram "infrutíferas" e requereu que a liminar fosse revogada. A Cemig se recusou a renovar as concessões das três hidrelétricas em 2013, nos termos da Lei 12.783 (de conversão da Medida Provisória 579), que estabeleceu a operação sob o regime de cotas, com uma receita menor pela energia. Desde agosto daquele ano, a companhia vinha operando Jaguara com uma liminar que garantia a operação nas bases originais do acordo. Com isso, pôde vender a energia no mercado à vista, a preços significativamente elevados. Em meados de 2015, a Cemig perdeu a disputa no STJ quando o tribunal avaliou o mérito da disputa. Em seguida, a companhia entrou com o recurso no STF. No início do ano passado, a Cemig e a União chegaram a iniciar negociações para uma "solução amigável", com a participação de Toffoli. A ideia da estatal mineira era encontrar um sócio privado para pagar a outorga e ficar com as concessões de Jaguara, Miranda e São Simão, cujas concessões também venceram. A empresa queria ainda ficar com Volta Grande, outra usina cuja concessão não foi renovada mas que não é contestada na Justiça. Nas discussões judiciais, a Cemig alega que os três contratos de concessões contêm cláusulas com a previsão expressa de renovação por 20 anos. Na sua decisão, Toffoli lembrou que prorrogações contratuais são submetidas à apreciação discricionária da administração pública, não havendo essa obrigação expressa da renovação automática. Ele disse que, mesmo que houvesse uma eventual disposição contratual em sentido contrário - o que ele não vislumbra nesse caso -, isso não poderia se sobrepor ao que é previsto em lei. As ações da Cemig reagiram mal e fecharam o pregão de ontem com queda de 2,09%, a R\$ 9,83. Na semana, acumulam baixa de 15,1%, diante das expectativas de que as usinas serão, de fato, relicitadas. Segundo cálculos do UBS, uma eventual perda de liminares iria impactar o preço das ações em R\$ 1,10. As

projeções para o Ebitda de 2017 iriam recuar de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 3,6 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Brasil eleva contribuição de oferta global de petróleo

O Brasil foi um dos principais contribuintes para o excesso de oferta global do petróleo nos últimos 12 meses. A excetuar o Irã - um caso específico pois volta ao mercado após anos de sanções do Ocidente -, a média de aumento mensal na produção do país foi a maior do mundo, mostram dados da Agência Internacional de Energia (AIE). Em um ano até fevereiro, a extração brasileira da commodity subiu, em média, 27 mil barris por dia a cada mês. Depois do Brasil aparecem gigantes como a Rússia - que elevou o volume em 18 mil barris por dia todo mês - e os principais produtores não convencionais - como o Canadá, com 16 mil barris diários.

Ao mesmo tempo, maior participante de um acordo costurado entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outras nações de alta relevância no mercado global, a Arábia Saudita cortou, em média, 30 mil barris por dia a cada mês dessa análise. Mais que ela, considerando os protagonistas internacionais, só aparece a Nigéria, com 34 mil barris diários. "Dois motivos podem explicar o status de produtor em ascensão", afirma Walter de Vitto, analista da Tendências Consultoria Integrada. "Um é óbvio, que de fato a atividade se acelerou, em um momento de maturação dos investimentos feitos lá atrás. Mas do outro lado, o mercado doméstico encolheu, o que fez com que as exportações subissem."

De fato, o consumo foi um calcanhar de Aquiles para o país nos 12 meses. A demanda brasileira encolheu em média 40 mil barris por dia todo mês. Dos países analisados, só a Arábia Saudita se igualou ao Brasil, também com 40 mil barris diários. Na outra ponta, a China elevou a cada mês sua demanda em 68 mil barris. Levando em conta o balanço entre oferta e demanda, o Brasil está empatado com o Irã. As adições líquidas foram, em média, de 67 mil barris por mês. Os chineses, do outro lado, retiraram do excesso 92 mil barris por dia em cada mês. De acordo com Norbert Ruecker, do banco Julius Baer, o Brasil é retrato de um cenário global maior, de continuidade de crescimento da produção mesmo em ciclo de baixa. "Isso ajuda em nossa visão de que o excesso de oferta provavelmente não vai desaparecer tão rápido quanto se esperava", acrescenta. "O causador maior dessa dinâmica, porém, é o xisto." Se observada a tendência dos países desde novembro, quando a Opep estabeleceu um teto para sua produção, os Estados Unidos lideram por muito esse ranking. Foram 60 mil barris

diários, em média, por mês. O Canadá, em segundo lugar, acrescentou 32,5 mil barris por mês. Já o Brasil, desde então, elevou em 2,5 mil barris a cada mês a produção. "Acreditamos que o Brasil vai continuar a ser um grande fator no mercado global de petróleo, dadas as reservas abundantes do pré-sal e o baixo custo da Petrobras", afirma Brian Gibbons, analista da casa de análise de dívida CreditSights. "Mas o processo de evolução provavelmente será tortuoso, dado o momento de entrada de vários projetos iniciados e o desempenho dos preços." Essa perspectiva de aumento da relevância brasileira é um dos motivos pelos quais Esa Ramasamy, diretor da S&P Global Platts - uma formadora de preço -, vê "oportunidade de ouro" para que seja criado novo preço de referência. Assim como existem hoje o Brent e o WTI, o Brasil poderia criar um "benchmark" para o pré-sal, que tem um tipo de concentração intermediária ainda não contemplado, disse ontem em evento. Vitto, da Tendências, é mais cético. "Acredito que o Brasil vai ser um produtor mais relevante, mas não vejo como formador de preço", opina. "O que o xisto fez, a revolução geopolítica nesse mercado, não poderá ser imitado. Foi brutal", acrescenta. O secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível (IBP), Antônio Guimarães, compartilha dessa visão. "A discussão sobre preço ainda é prematura. Há muito que destravar no Brasil ainda", diz. (Colaboraram Camila Maia, de São Paulo, e André Ramalho, do Rio)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Juliana Schincariol e Juliana Machado

Título: Petrobras prevê concluir renegociação da cessão onerosa este ano

A Petrobras espera que a renegociação do contrato de cessão onerosa com a União seja concluída ainda este ano e mantém a expectativa de ser credora no processo. Segundo a diretora de Exploração e Produção da companhia, Solange Guedes, existe a possibilidade de o eventual pagamento pelo governo ser feito em volume de petróleo, porém essa alternativa exigiria uma mudança na legislação. "Em relação à negociação [renegociação do contrato] da cessão onerosa, não existe nada definido, não existe nenhuma definição fechada em termos de valores, ou créditos ou débitos, nada disso, mas temos uma avaliação de que é possível, buscaremos fechar essa discussão ainda em 2017", afirmou a executiva, em teleconferência com analistas e investidores, sobre os resultados da petroleira em 2016.

De acordo com o contrato de cessão onerosa, a estatal adquiriu em 2010 o direito de produzir até 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal por US\$ 42 bilhões. O contrato previa uma rodada de renegociação dos parâmetros do negócio após a declaração de comercialidade das áreas envolvidas. Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril era de cerca de

US\$ 80, mas desde 2014 os preços da commodity caíram fortemente e hoje estão na casa de US\$ 50. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deve concluir até o início de abril relatório com os cálculos sobre o assunto. A partir daí, todas as partes envolvidas deverão se reunir para renegociar o contrato, que prevê o pagamento (caso o governo seja devedor) em dinheiro, títulos de dívida pública federal ou outra forma que seja acordada pelas duas partes. Dado à falta de recursos financeiros pelo governo, o pagamento em óleo tem sido cogitado por todas as partes, mas depende de mudança na lei. "A Petrobras não se furtará de explorar todas essas possibilidades, uma vez que elas existem dentro do contrato, para que seja não só uma boa negociação em termos de valor, acreditamos fortemente que temos um crédito nessa renegociação em si, como podendo explorar uma possibilidade, mas que ainda dependeriam de ajustes legais, de [o pagamento] ser [em] eventuais volumes adicionais aos contratados", completou Solange. O diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Ivan Monteiro, ressaltou que os efeitos da renegociação do contrato da cessão onerosa não estão incluídos nos cálculos que resultam na meta de alavancagem, de 2,5 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda, para o fim de 2018. "São várias as variáveis que consideramos para atingir a meta de 2,5 vezes em 2018 e todos os pilares do nosso plano de negócios contribuem para que cheguemos a isso, mas não há qualquer valor de cessão onerosa porque não temos como colocar um indicador vindo dessa negociação, porque não temos o resultado final", afirmou o executivo. De acordo com a apresentação feita na teleconferência, a estatal prevê a entrada de US\$ 8 bilhões no caixa com operações de venda de ativos este ano. A expectativa da empresa é fechar 2017 com um caixa de US\$ 19 bilhões, em relação aos US\$ 22 bilhões no fim do ano passado. A empresa mantém a previsão de investimentos de US\$ 19,8 bilhões para este ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Sócios em Libra pressionam por flexibilidade do conteúdo local

Sócios em Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, Petrobras e Shell saíram em defesa da flexibilização das exigências do conteúdo local para o projeto, previsto para 2020. Às vésperas da audiência pública da Agência Nacional de Petróleo (ANP) que discutirá o pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local ('waiver') da primeira plataforma de Libra, executivos das duas petroleiras afinaram o discurso e afirmaram ontem que, com os atuais índices de nacionalização, previstos no contrato de partilha, de 2013, não há investimentos. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que o desenvolvimento do piloto de Libra deve exigir investimentos da ordem de US\$ 5,5 bilhões pelos próximos cinco anos e que o consórcio responsável pelo projeto

não pode ser punido por custos e prazos excessivos praticados pelos fornecedores nacionais. Segundo o gerente-executivo de Libra na Petrobras, Fernando Borges, a empresa está exposta a multas acima de US\$ 500 milhões se o 'waiver' não for concedido, porque "as exigências são impossíveis de atender".

O contrato de Libra prevê índices de conteúdo local de 55% para o desenvolvimento da produção, mas o consórcio - Petrobras, Shell, Total, CNPE e CNOOC - entrou com um pedido na ANP para contratar a plataforma no exterior e reduzir os percentuais para uma série de bens e serviços. "Em 2013 [quando a área de Libra foi leiloadada], havia naquele momento uma expectativa de que a indústria de fornecedores se desenvolvesse para que os percentuais de conteúdo local previstos no contrato de partilha estabelecidos fossem atingidos. Não aconteceu. Os prazos de entrega e os preços foram excessivos", disse Parente, durante evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), sobre conteúdo local. Já o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, afirmou que é importante que o 'waiver' de Libra seja concedido com amparo legal, para evitar a judicialização do assunto. O pedido de perdão apresentado pela Petrobras à ANP é alvo de contestações do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval e Offshore (Sinaval), na Justiça Federal - a licitação internacional para contratação da plataforma chegou a ficar quase três meses suspensa por efeito de liminar e só foi liberada esta semana. A intenção é contratar a plataforma no exterior, mas parte das obras pode ser feita no Brasil, como a integração. Araujo disse que os fornecedores locais apresentaram propostas "inaceitáveis" para construção da plataforma de Libra e que o consórcio, sem o waiver de Libra, "não seguirá em frente" com o projeto. "Vamos tomar decisão de investimentos de Libra com base na expectativa dos custos finais do projeto", afirmou. Ele explicou que a intenção é contratar a plataforma de Libra no exterior, mas que parte das obras seja feita no Brasil, como os serviços de integração dos módulos. "Temos capacidade de entrega de um conteúdo local para Libra 1 [plataforma do projeto piloto] com os mesmos percentuais de conteúdo local dos últimos FPSOs [plataformas flutuantes] que têm sido entregues no país [nos últimos anos] à Petrobras", disse. Segundo o executivo, a regulamentação do 'waiver' é um item importante na agenda de competitividade da indústria petrolífera, a exemplo da extensão do Repetro (regime aduaneiro especial do setor de óleo e gás). Para ele, o Brasil não pode cair no erro de acreditar que conseguirá atrair empresas apenas pela geologia favorável. "O Brasil precisa definir quais são suas escolhas para continuar a atrair investimentos. Esse tipo de entendimento [de que só a geologia é suficiente para atrair aportes] precisa ser eliminado quando um país quer atrair recursos", disse. Araujo afirmou ainda que o Brasil, ao lado do Golfo do México, está entre os principais mercados da companhia no mundo, mas que o país concorre com outros países por recursos. "A Shell tem alternativas muito grande de investimentos. Vamos investir onde projetos foram mais atrativos", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Minério de ferro retrocede e fica abaixo dos US\$ 85**

Um patamar tão baixo não era observado desde 9 de fevereiro e representou o quarto dia consecutivo de baixa. Mesmo assim, a commodity ainda conserva valorização acumulada de 7,8% em 2017 e ostenta a maior média trimestral desde o terceiro trimestre 2014. Até agora no primeiro trimestre a média de preços encontra-se em US\$ 85,98.

Durante a semana, a China Iron & Steel Association (Cisa) - que representa as siderúrgicas do país - afirmou que o mercado doméstico de aço parece estar se enfraquecendo. Além disso, como as margens das usinas se elevaram bastante recentemente, haveria pouco espaço para novas rodadas de alta nos preços do aço. Recentemente, os preços de minério e aço andam de mãos dadas, com a alta de um sustentando o avanço de outro. O governo chinês também afirmou que as justificativas em fundamentos econômicos também não explicavam mais o alto nível das cotações do aço. A China já produz bem mais do que consome e tem capacidade para fabricar ainda mais, o que é um obstáculo natural para reajustes. Ontem, os contratos com vencimento em maio do aço laminado a quente recuaram 3,7% na Bolsa de Futuros de Xangai, para 3.358 yuans (US\$ 487,30) a tonelada, enquanto o vergalhão do mesmo mês registrou desvalorização de 3,4%, para 3.405 yuans. O limite para ganho de rentabilidade das siderúrgicas chinesas já começou a se refletir na produção. Segundo a Worldsteel Association, entidade que reúne dados dos 67 principais países do mundo no setor, a China fabricou 61,2 milhões de toneladas de aço bruto em fevereiro. Apesar de o volume significar alta de 4,6% em comparação anual, representa uma forte queda de 8,9% sobre janeiro. O Valor fez um levantamento com 18 instituições financeiras e a média de projeções dos analistas para a cotação do minério de ferro é de US\$ 62,60 em 2017. Até o fim do ano, o Julius Baer, mais pessimista, vê o insumo atingindo US\$ 50 e o J.P. Morgan, mais otimista, estima US\$ 66.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Em SP, distribuidoras ampliam as margens nas vendas de etanol**

Os preços do etanol vêm caindo nos postos de combustível de São Paulo, maior polo consumidor do país, desde o início do ano, mas a um ritmo mais lento do que nas usinas do Estado, em decorrência do aumento das margens de

comercialização das distribuidoras e postos. Desde a primeira semana do ano, o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado nas usinas paulistas já recuou 17,8%, enquanto o preço médio do biocombustível nas bombas do Estado recuou 5,9%, conforme a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Cálculos feitos pelo Valor e por analistas indicam que a diferença entre o que os intermediários pagam e o que recebem pelo etanol está sensivelmente maior nesta safra - o que vem gerando incômodo entre as usinas produtoras. As margens dos postos paulistas, segundo a ANP, ficou em R\$ 0,401 o litro no período entre 12 e 18 de março. Em quatro semanas, a margem média foi de R\$ 0,360 o litro, um aumento de 7,5% sobre as quatro semanas anteriores. No caso das distribuidoras, as margens calculadas pelo Valor a partir dos preços nas usinas e nos postos, acrescido da incidência de PIS/Cofins, indica que, em quatro semanas, a margem média ficou em R\$ 0,562 o litro, alta de 4,2% sobre o período imediatamente anterior.

É comum que os intermediários adotem margens diferentes ao longo do ano. Durante a entressafra, as margens das distribuidoras costumam ser menores, porque é o período em que os preços do etanol nas usinas costumam subir por causa da oferta reduzida, explica Willian Hernandez, sócio da FG/A. Nesta entressafra, porém, os valores do etanol vêm recuando nas usinas, em parte porque a queda do consumo em 2016 foi forte o suficiente para permitir a redução dos preços. E também porque houve uma importação acima do esperado no período, de mais de 800 milhões de litros, segundo Hernandez. Entretanto, analistas notam que as margens dos intermediários têm se mantido mais altas que a média histórica ao longo da safra 2016/17 - iniciada oficialmente em abril passado. De acordo com a FG/A, a margem média das distribuidoras nesta safra 2016/17 até 18 de março está em R\$ 0,624 o litro, um aumento de 14,5% na comparação com a temporada anterior. Apenas nas últimas quatro semanas, a diferença na comparação com o mesmo período da safra passada é de 74%. Outro cálculo, feito por uma companhia do setor, indicou que a margem média apenas das distribuidoras nesta safra até 18 de março está em R\$ 0,180 o litro, 34% maior que na safra passada. O movimento incomoda as usinas, principalmente as que seguraram etanol para vender na entressafra e viram a queda dos preços recebidos enquanto o consumo ainda não reage, já que a correlação com os preços da gasolina nos postos ainda não é vantajosa. Procurado, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) replicou o posicionamento que adota em relação a questionamentos sobre preços, afirmando que "não tem conhecimento das políticas de preços das suas associadas, até por força das disposições legais a que estão sujeitas as associações". De acordo com o sindicato, "os preços são livres e determinados pelo mercado, e portanto podem mudar diariamente, para cima ou para baixo, independentemente de ocorrerem ou não

reajustes no produtor".Ao mesmo tempo produtora e distribuidora de etanol, a Raízen (joint venture entre Cosan e Shell) preferiu não responder sobre o represamento do repasse dos preços. A companhia detém 19,5% do mercado de distribuição de etanol no país. Procuradas, BR Distribuidora e Ipiranga (com 20,4% e 19,3% de participação, respectivamente) disseram que não comentam sobre suas políticas comerciais.Um concorrente da Raízen Energia avaliava uma semana atrás que, se os intermediários estivessem adotando a margem média para esta época, o etanol já estaria sendo comercializado nos postos abaixo de 70% do valor da gasolina - patamar que torna o etanol atrativo para os motoristas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro

Título: Usiminas deverá enfrentar nova disputa judicial

A Usiminas poderá ser alvo, a partir de hoje, de uma nova disputa judicial, menos de seis meses depois de a Justiça de Minas Gerais ter decidido que a eleição do principal executivo da companhia, em 25 de maio de 2016, havia sido ilegal à luz do acordo de acionistas firmado por seus dois principais acionistas: Ternium - Techint e Nippon Steel & Sumitomo. Desde 2014, isso se tornou fato corriqueiro na gestão da empresa. Ao meio dia, em São Paulo, uma reunião extraordinária do conselho de administração da empresa, convocada pelo presidente do colegiado, Elias Brito, deverá deliberar a adoção de providências contra o presidente da companhia, Rômelo de Souza, reconduzido ao cargo no início de outubro. Essas "providências" poderão resultar no afastamento do executivo.

Os acionistas japoneses - Nippon Steel & Sumitomo e Nippon Usiminas -, prometem ir à Justiça e a outras instâncias novamente caso a maioria dos integrantes do colegiado da siderúrgica decida pela destituição de Souza. Alertou, em carta a Brito e dois outros conselheiros - Francisco da Costa e Silva e Luiz Carlos de Miranda Faria - à qual o Valor teve acesso, que não "poupará esforços para demonstrar a ilegalidade da pretendida deliberação, tanto no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quanto perante ao Poder Judiciário e demais autoridades competentes". Ontem, ante a expectativa de não haver consenso na reunião prévia dos representantes de Ternium e Nippon sobre a discussão dos temas extraordinários da pauta, era dado como certo, de acordo com uma fonte ao Valor ligada ao conselho da empresa, que os três conselheiros do grupo Ternium se uniriam aos de BTG, Previdência e Miranda para votar pelo afastamento de Souza. A destituição se daria em votação livre colocada por Elias Brito. Segundo informações obtidas pelo Valor, a convocação do colegiado foi pedida por Costa e Silva, membro do conselho que representa o BTG Pactual /Banco Econômico, com o apoio de Miranda, pelos empregados da Usiminas em

Ipatinga (MG), principal unidade de aço da empresa mineira. Foi pautada, a seguir, na mesma reunião, eleição de diretoria. A alegação é que Souza violou o Estatuto da companhia ao firmar, em 6 de maio de 2016, um Memorando de Entendimento com a controlada Mineração Usiminas (Musa) e com a sócia Sumitomo Corporation, o qual previa formas de compensação à mineradora pelo fato de a Usiminas deixar de adquirir metade do volume de minério contratado para fazer aço. Em ata de reunião do conselho, de novembro, Souza argumentou que se tratava de um documento não vinculante, sem ônus à Usiminas. Na carta aos conselheiros, a Nippon diz que "a ilegal destituição que parecem arquitetar determinados Conselheiros ultrapassa todos os limites da razoabilidade, atraindo-lhes responsabilização pessoal por tais atos, na medida que cria severa instabilidade econômica e mercadológica em um momento crucial para a recuperação financeira da companhia".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Destaques

Cálculo do ICMS

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a cobrança de ICMS sobre encargo cobrado de grandes consumidores de energia. No caso analisado pela 1ª Turma, a fabricante de carrocerias e reboques Randon, em demanda com o Estado do Rio Grande do Sul, tentou excluir da base de cálculo do imposto estadual a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd). A empresa sustentou que o ICMS somente seria devido pela energia efetivamente consumida, excluindo-se os encargos de distribuição. Para a Randon, se não há transferência de bem no pagamento da Tusd, não há fato gerador que justifique a incidência do ICMS. A Tusd é um encargo pago pelos grandes consumidores de energia. Não é devido pelo consumidor tradicional que adquire energia para sua residência ou comércio e paga uma conta comum. Em razão da grande necessidade, fábricas e outros consumidores em larga escala podem adquirir a energia diretamente dos geradores, mas pagam um encargo por utilizar a rede comum de distribuição. Em seu voto, o relator do caso (REsp 1163020), Gurgel de Faria, levou em consideração, entre outros argumentos, o impacto financeiro que a exclusão da Tusd da base de cálculo do ICMS poderia ter para os Estados. De acordo com o Estado do Rio Grande do Sul, geraria uma perda de mais de R\$ 14 bilhões em receita por ano, e seria inviável criar um benefício para grandes consumidores em detrimento do consumidor simples que já paga o tributo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Legislação****Autor: Beatriz Olivon****Título: Petrobras afasta autuação de R\$ 5,1 bi no Carf**

A Petrobras venceu ontem uma disputa bilionária no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção afastou uma cobrança de R\$ 5,1 bilhões. O valor foi informado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio do formulário de referência de 2015. A decisão foi unânime. A Fazenda Nacional ainda pode recorrer à Câmara Superior do órgão. No processo, os conselheiros analisaram se a Petrobras poderia ter deduzido do cálculo do Imposto de Renda despesas referentes à "etapa de desenvolvimento" - que antecede a extração do petróleo. A autuação é de 2009 e a Petrobras, em seu balanço, considerava a chance de perda "possível".

A tese analisada pela turma não é habitual no Conselho e nem em autuações da Receita Federal. Fato que dificultará um recurso da estatal para a Câmara Superior, conforme o procurador da Fazenda Nacional Rodrigo Moreira Lopes, que atuou no processo. Apesar disso, a companhia responde a outra autuação sobre o mesmo tema, mas do ano de 2010, que ainda aguarda julgamento. O processo deverá ser analisado por um colegiado diferente, a 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção. O valor estimado pela empresa é de R\$ 6,69 bilhões. No processo julgado ontem, a Receita Federal cobra da Petrobras Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre a base de 2009. Para a companhia, as despesas que tem na fase de desenvolvimento da atividade petrolífera são dedutíveis no mesmo exercício. Já a fiscalização considerou que os gastos deveriam ser amortizados ao longo do tempo. A empresa afirma ter se baseado no artigo 416 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000, de 1999) para promover a dedução. O dispositivo afirma que a Petrobras poderá deduzir, para o cálculo do lucro líquido, os valores aplicados em cada período de apuração, na prospecção e extração de petróleo cru. Na sustentação oral, o advogado da companhia, Leonardo Krakowiak, afirmou que não se trata de benefício fiscal. Muitas vezes, seria um ônus já que as despesas são relevantes e a empresa fica sujeita à trava na compensação de prejuízo. "Para a Petrobras, deixar isso [compensação de despesas] no futuro seria melhor, por não ficar sujeita à trava", afirmou no julgamento. A fiscalização e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não questionam a vigência do artigo 416 do decreto, segundo o procurador afirmou na sustentação oral. Mas a procuradoria entende que o dispositivo não abrange as despesas com a etapa de desenvolvimento. Além disso, com a entrada de outras empresas no setor, a Petrobras não poderia receber um tratamento diferente. De acordo com o relator, conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, representante dos contribuintes, existe abrangência. Para ele, como toda a atividade de exploração de campos de petróleo está sujeita à

concessão, para fins contratuais, as atividades de desenvolvimento estão atreladas à despesa de produção. Portanto, são englobadas pelo artigo 416 do Regulamento do Imposto de Renda. A decisão da turma foi unânime.

MME / ASCOM .